



Manuel Pinto & Joaquim Fidalgo (coord.)
Anuário 2006 - A comunicação e os media em análise
Projecto Mediascópio
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
ISBN: 978-989-95500-0-1

Num ano cheio de regulação, a RTP continuou sob suspeita de ingerência política

Felisbela Lopes (felisbela@ics.uminho.pt)

Helena Sousa (helena@ics.uminho.pt)

Este foi o ano em que a Entidade Reguladora para a Comunicação Social tomou posse, demonstrando um assinalável dinamismo que se traduziu em céleres e extensos estudos sobre a informação televisiva. Este também foi o ano em que o Governo apresentou vários projectos legislativos em matéria do audiovisual, nomeadamente do serviço público de TV, procurando criar mecanismos que garantissem a independência editorial. Este foi ainda o ano em que o Provedor do Telespectador da RTP iniciou funções, dispondo de um programa semanal em horário nobre. Este esforço de regulação não se traduziu na percepção social de um desejável, e necessário, distanciamento entre a TV pública e os políticos. Pelo contrário. Durante o segundo semestre de 2006, a RTP esteve permanentemente sob suspeita de ingerência política. Críticos de televisão, políticos dos partidos de oposição e académicos acusaram o serviço público de televisão de ceder a pressões do Governo. No cerne desta reiterada acusação, está um problema que se arrasta desde o nascimento da RTP: a nomeação do respectivo Conselho de Administração (CA) por parte do Governo, um processo que coloca o operador público sob a permanente acusação de dependência em relação ao (partido do) poder executivo.

Neste meio século de existência, a RTP somou algumas dezenas de sucessivos Conselhos de Administração. A equipa presidida por Almerindo Marques tomou posse em 2002, sendo, portanto, nomeada pelo então primeiro-ministro do PSD, Durão Barroso. Vieram os Governos de Santana Lopes (PSD) e de José Sócrates (PS) e essa administração permaneceu intocável, ganhando progressivamente um espaço de manobra considerável, resultante, em grande parte, do bom desempenho que demonstrava ter ao nível do saneamento financeiro de uma empresa que vinha acumulando expressivas dívidas. Ao nível das direcções de Informação e de Programas, Almerindo Marques substituiu, ao longo do seu mandato, alguns nomes. Em 2006, o

director de Informação era Luís Marinho e o director de Programação, Nuno Santos, tendo sido nomeados para esses cargos em Novembro de 2004 e em Janeiro de 2005, respectivamente. A relação entre ambas estruturas – administração e direcção – pressentia-se estreita, na medida em que várias iniciativas ao nível da programação e da informação foram apresentadas publicamente na presença de membros do CA. Sublinhe-se, no entanto, que os Estatutos da RTP estipulam que a responsabilidade pela selecção e pelo conteúdo dos programas pertence aos respectivos directores, mas a Proposta de Lei para a Reestruturação da Concessionária do Serviço Público de Rádio e Televisão, posta à discussão nos últimos meses de 2006, “*vincula a actuação dos membros do conselho de administração ao cumprimento dos contratos de concessão para a televisão e para a rádio*”. Trata-se, decerto, de uma competência esperada de uma administração. Todavia, essa estreita cooperação entre CA e directores de Informação e de Programas torna ainda mais urgente que se repense o modelo de nomeação dos administradores da TV pública a fim de que o respectivo trabalho seja afastado das sucessivas acusações de dependência política em relação a quem nomeia, ou seja, o Governo. A 19 de Dezembro, o presidente da ERC, Azeredo Lopes, defendeu, na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que o conselho regulador, uma vez que se pronuncia sobre a destituição da administração da RTP e sobre o cumprimento do serviço público de TV, deveria ter competência para dar um “*parecer prévio e vinculativo*” à nomeação do CA do operador público de forma a garantir “*a transparência da independência*” e a “*coerência jurídica*” do processo. A proposta não colheu.

Tal como no passado, ao longo de 2006 Conselho de Administração e, principalmente, directores de Informação e de Programação da RTP foram confrontados com diversas críticas por parte dos partidos da oposição que acusavam o operador público de ser alvo de manipulação política por parte do Partido Socialista. Sublinhe-se que a primeira deliberação da ERC sobre a RTP (Deliberação 3-Q/2006, 12 de Junho) dizia respeito a uma queixa do grupo parlamentar do PSD que acusava a RTP de “*discriminação inaceitável e incompreensível*” na medida em que um dos noticiários tinha feito uma ligação em directo para as jornadas parlamentares do PS e apenas havia emitido uma peça sobre as jornadas parlamentares do PSD (o órgão regulador indeferiu essa queixa). No entanto, o tom das críticas nunca se fez com tamanha veemência como a partir de Agosto de 2006, depois de Eduardo Cintra Torres ter escrito na sua habitual coluna do “Público” (edição de 20 de Agosto de 2006), um artigo intitulado “*Como se faz censura em Portugal*”. Nesse texto, o crítico de televisão apresentava o *Telejornal* de 12 de Agosto como “*exemplo do que tem sido em geral esta nova forma de censura na RTP*”¹. Garantindo dispor de “*informações*” que “*indicam que o gabinete do primeiro-*

¹ Da análise comparativa dos noticiários das 20h00 dos canais generalistas, Eduardo Cintra Torres apresenta os seguintes dados: “*Nesse dia, o Jornal da Noite (SIC) dedicou seis das suas 33 notícias exclusivamente aos incêndios mais graves do dia, o que correspondeu a 27,7% da sua duração. Deu*

ministro deu instruções directas à RTP para se fazer censura à cobertura dos incêndios”, ECT concluía assim:

“O governo está a recorrer a métodos ilegítimos para impedir a informação livre aos cidadãos de Portugal sobre os incêndios, quer no terreno, quer nas instruções que dá à RTP. E a Direcção de Informação da RTP está, na prática informativa, a vergar-se por completo ao interesse político do governo do momento.”

A Direcção de Informação da RTP reagiu em bloco ao artigo, recusando essas imputações. Não tardou muito para fontes do PSD, nomeadamente o deputado Agostinho Branquinho, acusarem novamente a RTP de instrumentalização política. A 4 de Novembro, o jornal “Expresso” apresentava a seguinte manchete: “*PSD denuncia caso de manipulação em telejornal da RTP*”; nessa noite, o programa do Provedor do Telespectador, *A Voz do Cidadão*, escolhia para tema da emissão os alinhamentos dos noticiários devido ao facto de ter chegado àquele gabinete várias queixas sobre “*a falta de hierarquização lógica das notícias*” (“Público”, 26 de Outubro de 2006); a 6 de Novembro, o secretário-geral do PSD – sublinhando o facto de ninguém do seu partido ter sido convidado para o *Prós e Contras* que, nessa noite, debatia o Orçamento do Estado – acusava a Direcção de Informação da RTP de “*falta de isenção e de imparcialidade no tratamento de matéria informativas*” (“Público”, 7 de Novembro de 2006).

Paralelamente a estas vozes críticas, a ERC promovia um processo de averiguações dos factos relacionados com os noticiários da RTP, convocando para reuniões nas suas instalações os *pivots* e coordenadores dos programas de informação diária da TV pública e dois assessores do primeiro-ministro. A 7 de Dezembro, este órgão regulador apresentava, juntamente com um *Relatório da Cobertura Jornalística de Incêndios Florestais*, a sua posição relativamente ao texto de Eduardo Cintra Torres e às declarações de Agostinho Branquinho. Em conferência de imprensa, o presidente da ERC, Azeredo Lopes, declarou o seguinte: “*O Conselho Regulador não tem quaisquer indícios que sugiram quebra na obrigação de independência da RTP face ao poder político na cobertura da época de incêndios florestais*” (“Diário de Notícias”, 8 de Dezembro de 2006). O caso transitou para 2007, na medida em que a Direcção de

ainda outras quatro notícias relacionadas com o tema (presumíveis incendiários, prevenção, Galiza, etc.). Este noticiário abriu com 5 notícias seguidas sobre incêndios e voltou ao tema com dois grupos de notícias na sua segunda metade. O Jornal Nacional (TVI) também abriu com os incêndios mais graves, a que dedicou as suas sete primeiras notícias, de um total de 38. Os incêndios ocuparam 21,8% do noticiário. Ambos os canais privados fizeram três directos aos principais fogos. E o Telejornal (RTP)? Não fez nenhum directo. Remeteu os incêndios para a 18ª notícia de 28, já depois do desporto. As três únicas notícias sobre incêndios activos (...) totalizaram 1m50.”

Informação da RTP, dizendo-se vítima de difamação, fez seguir esta polémica para os tribunais.

Embora nada tivesse ficado provado quanto a eventuais ingerências políticas na RTP, ao longo do segundo semestre de 2006 acumularam-se sinais que colocavam o canal público numa posição algo vulnerável face ao poder político. Em Setembro, as chefias do Porto demitiram-se em bloco. Carlos Daniel, o demissionário subdirector da RTP, limitou-se a afirmar que “*as razões são do conhecimento da administração e da direcção de informação*” (“Público”, 20 de Setembro de 2006). O comunicado da Direcção de Informação também não explicou as causas dessas demissões. Para o último trimestre do ano, estava anunciado o reaparecimento do *Debate da Nação*, um programa de debate político com representantes dos partidos com assento parlamentar². Na imprensa foram publicados artigos que davam conta do desentendimento entre as opções da Direcção de Informação da RTP e aquelas que as forças partidárias queriam fazer vingar. Luís Marinho afirmaria mesmo o seguinte: “*o único programa da estação que tem o compromisso de deixar as direcções dos partidos escolher os seus representantes é o Parlamento. Não são os partidos políticos que decidem as participações. É a direcção de Informação que toma essas decisões*” (“Jornal de Notícias”, 24 de Novembro de 2006). O programa arrancaria em Janeiro de 2007, tendo como moderador o jornalista Carlos Daniel e como convidados-residentes Francisco Assis (PS), Paulo Rangel (PSD), Anacoreta Correia (CDS), António Filipe (PCP) e Fernando Rosas (BE). Sublinhe-se que a aposta neste tipo de programas veio avolumar a presença da classe política na informação semanal do canal generalista público. Ao longo de 2006, a RTP1 teve, em horário nobre, dois programas de comentário político (*As Escolhas de Marcelo*³ ao domingo e *Notas Soltas*⁴ à segunda-feira), o debate *Prós e Contras*⁵ (à segunda-feira) e *Grande-Entrevista*⁶ (à quinta-feira) Estes dois últimos formatos, abertos teoricamente a todos, destacaram os políticos.

² *Debate da Nação* estreou em 2003. Com este formato, a Direcção de Informação da RTP, na altura presidida por José Rodrigues dos Santos, pretendeu fechar uma polémica aberta pelos partidos com menor representatividade parlamentar, que contestavam as presenças de Pedro Santana Lopes, do PSD, e de José Sócrates, do PS, como comentadores políticos na edição de domingo do *Telejornal*.

³ Estreou em Fevereiro de 2005.

⁴ Espaço de comentário a cargo de António Vitorino que estreou em Maio de 2005.

⁵ Trata-se de um debate que surgiu em Outubro de 2002, moderado por Fátima Campos Ferreira.

⁶ Estreou em Abril de 1998, com a moderação de Judite de Sousa.

Quadro nº 1: Perfil dos convidados dos programas de informação semanal da RTP 1 em 2006

Programas	Políticos	Car-gos	Profs Invest ig.	Juri s-tas	Jornal ist Analis ta	Econo m Empr es.	Médic os Psicol og	Engen h.	Milit a-res	Prof s	Reli - gioso	Indus t. Cultur .	Sin d. Ass oc	Person . Intern.
Prós e Contras	27	8	33	6	6	16	4	4	2	2	7	6	19	1
Grande Entrevista	13		1	1	1	1	1					2	1	

A forte presença da classe política nos programas de informação semanal não implica necessariamente a subjugação do canal público a interesses partidários. No entanto, também não contribui para se criar uma ideia de independência da RTP face ao poder político; nem permite estender a agenda informativa a outros campos e actores sociais, algo que seria desejável para uma televisão que se diz “*de todos*”. É certo que os políticos arrastam consigo aquilo a que Pierre Bourdieu chama “*poder simbólico*”, que atrai alguma audiência e a garantia de que as respostas nunca serão monossilábicas, mas dadas num registo algo empolgado no qual se misturam razão e emoção. Estamos aqui ao nível de um “*saber-opinião*” cuja verdade não é exterior ao sujeito empírico, mas intrínseca a quem fala e representativa de um sujeito colectivo, o que acentua (mais) a selecção personalizada orientada por critérios de notoriedade. Todavia, a insistência em centrar as discussões em assuntos e interlocutores políticos, para além de tornar redutor qualquer debate, adensa a percepção social de que o serviço público de televisão funciona em estreita (e prescindível) proximidade com o campo político.

Legislação:

Proposta de Lei para a Reestruturação da Concessionária do Serviço Público de Rádio e Televisão.

Anteprojecto de Proposta de Lei da Televisão .

Deliberações/Relatórios da Entidade Reguladora da Comunicação Social

. 3-Q/2006, 12 de Junho.

. 1-I/2006, 6 de Dezembro.

. *Relatório da Cobertura Jornalística de Incêndios Florestais*, Dezembro de 2006.

Jornais citados:

“Público”, 20 de Agosto de 2006; “Público”, 20 de Setembro de 2006; “Público”, 26 de Outubro de 2006; “Expresso”, 4 de Novembro de 2006; “Público”, 7 de Novembro de 2006; “Jornal de Notícias”, 24 de Novembro de 2006; “Diário de Notícias”, 8 de Dezembro de 2006.